



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE SETEMBRO DE 2012**

ATA Nº 05/2012

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, em substituição do membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Gilberto Sousa Borges, em substituição do membro Durval Carlos Simas Faria.

Não compareceram à sessão os membros Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Paulo Jorge Cimbron Varão e Albertina Maria Costa Oliveira, tendo o membro Paulo Jorge Soares de Amaral Borges justificado a presente falta.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D'Oliveira Ramos; Durval Carlos Almeida Faria; Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da terceira sessão ordinária, respeitante ao dia 11 de junho de 2012, que foi aprovada por unanimidade.

Depois, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 12 de junho a 27 de setembro de 2012, a qual se encontra à disposição para consulta dos membros da Assembleia Municipal.

Informou que a Assembleia Municipal recebeu três publicações, uma da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, intitulada "2012 Dia da Região Autónoma dos Açores, povoação São Miguel", outra pela Junta de Freguesia de Água de Pau, intitulada "Saudades" e uma outra publicação da Banda Filarmónica Estrela D'Alva, da freguesia de Santa Cruz, comemorativa do seu aniversário, sendo que estas duas últimas obras espelham a realidade do nosso concelho.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Deputado Roberto Oliveira abriu este período, começando por referir que gostaria de saudar a inauguração da Escola Básica Integrada de Água de Pau, pois entende que foi mais um passo para o futuro da Lagoa.

Também gostaria de felicitar a Presidente do Conselho Executivo do referido estabelecimento de ensino e desejar as maiores felicidades no desempenho das suas funções, para que dê o seu melhor em prol da população.

Comentou um facto negativo que ocorreu durante o período de interregno das sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente, a publicidade relativa aos buffets servidos na Pousada da Juventude, a qual vem publicada todos os domingos na Comunicação Social, pois julga que essa situação é negativa para os empresários da Lagoa, que enfrentam mais um concorrente na área da restauração.

Referiu ainda que, durante o período de interregno das sessões da Assembleia Municipal, realizaram-se diversas festas por todo o concelho da Lagoa: Nossa Senhora dos Remédios, no lugar dos Remédios, Nossa Senhora do Rosário e Sagrado Coração de Jesus em Santa Cruz, o Santíssimo Sacramento na Ribeira Chã, Nossa Senhora dos Anjos em Água de Pau, Nossa Senhora das Necessidades na Atalhada e Nossa Senhora da Misericórdia no Cabouco.

A par destas festividades religiosas, tiveram lugar outras festividades: a Festa da Juventude, a Festa da Vindima, o Cortejo Etnográfico em Água de Pau, entre outras.

Todavia, estranha que a informação da atividade camarária presente nesta sessão não faça referência a nenhuma destas festas. No seu entender, essa omissão é um erro, porque essas festividades, para além de manifestarem o grau de religiosidade existente no concelho, são também o ponto alto de cada freguesia, pois são um acréscimo à cultura e à tradição, para além de promoverem também a economia e o turismo local.

As razões atrás apontadas são, em sua opinião, razões suficientes para que a Câmara Municipal esteja ao lado da população, pois essa é a sua obrigação. É também obrigação do município introduzir no seu plano de atividades e orçamento verbas que permitam manter a realização destas festas e, se possível, até melhorar a realização das mesmas.

Nas verbas atribuídas pela Câmara Municipal ao desporto e à cultura existe um grande diferencial de valor, pelo que entende que a autarquia deveria alterar a sua postura. No entanto, julga que as verbas gastas em outras ações também são importantes, mas em sua opinião, a área da cultura deve ser mais apoiada e considerada de maior importância.

Outra questão que abordou foi o facto de ter sido procurado por pessoas da freguesia da Ribeira Chã que, por terem conhecimento da realização da presente sessão, lhe solicitaram para ser “porta-voz”, das suas preocupações no que se concerne à situação atual e futura daquela freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara interrompeu para questionar quantas pessoas falaram com o Deputado Municipal Roberto Oliveira.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que bastaria que fosse apenas uma pessoa, e que lhe foi transmitido que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lagoa não tem dado a devida importância à freguesia, pois retirou-lhe a Escola Primária, o Campo de Jogos foi mal executado, as habitações na rua de São José tiveram um tratamento ineficaz, o loteamento que era para ser construído nunca avançou e, eventualmente a própria existência da freguesia da Ribeira Chã estava em causa, perante a reforma autárquica em curso. Informou ainda que a população considera que o Presidente da Câmara Municipal e a Presidente da Junta de Freguesia não lhes dão o apoio que foi prometido.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou ainda que teve o cuidado de verificar no último manifesto eleitoral do Partido Socialista para as eleições autárquicas que promessas tinham sido feitas para aquela freguesia e constatou o seguinte: apoiar o loteamento para a autoconstrução; apoiar a Associação de Jovens na criação de uma empresa de inserção social; remodelação do Polidesportivo; apoiar a construção do Império do Divino Espírito Santo; apoiar a manutenção e conservação dos núcleos museológicos e respetivos acervos; apoiar as atividades culturais; apoiar a construção de uma casa mortuária e a pavimentação do Caminho do Cemitério.

Face a tudo o que enumerou, entende que muitas destas ações poderão não estar ao alcance do Senhor Presidente da Câmara, mas constavam do seu manifesto eleitoral.

Acrescentou que, foi com muito gosto que transmitiu a preocupação e os anseios da população da freguesia da Ribeira Chã, pois em parte julga que os mesmos têm razão.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Pedro Monteiro, referindo que a falta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem em ouvir as pessoas, não fica só pela freguesia da Ribeira Chã, fica também por não ouvir os pescadores, pois há pouco tempo tiveram início as obras no Porto de Pesca do Porto dos Carneiros, na freguesia do Rosário, em que os pescadores locais afirmam que se trata de uma obra idêntica à que foi realizada no Porto de Pescas da zona da Caloura, em Água de Pau, a qual não serviu de nada, até pelo contrário, obrigou os pescadores a utilizarem o Porto de Pescas de Vila Franca do Campo.

Faz votos que o Senhor Presidente da Câmara tenha algum bom senso mas, muito sinceramente, não acredita que assim seja, pois não tem por hábito ouvir os pescadores do concelho.

Referiu ainda que, em sua opinião, o livro que a Junta de Freguesia de Água de Pau publicou faria todo o sentido num aniversário daquela autarquia, pois deixaria uma marca histórica e reconhece que é um trabalho de qualidade. Contudo, entende que, nos tempos que estamos a viver, empregar 30.000,00 € numa publicação de um livro é um exagero. Não está a falar sem dados, pois os valores estavam disponíveis no site desta Câmara Municipal, mas entretanto já foram retirados por algum motivo.

Quanto à freguesia da Ribeira Chã, informou que o Partido Social Democrata esteve lá numa ação de campanha eleitoral e foram muitos a queixarem-se que aquela freguesia não existia para o Senhor Presidente da Câmara mas que, se calhar, irá aparecer por altura da campanha eleitoral.

Informou ainda que tudo o que foi dito pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira também lhes foi transmitido, ou seja, que não há interesse em dinamizar a freguesia e a mesma acabará por se diluir quando ocorrer a reforma administrativa autárquica, a não ser que, durante este último ano de mandato, o Senhor Presidente da Câmara faça algumas obras para agradar a referida população.

Também gostaria de dar os parabéns pela inauguração da “Avenida das Palmeiras”, nas infraestruturas do Tecnoparque.

O Deputado Municipal Roberto Sousa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, questionou sobre o que tinha o Deputado Municipal Pedro Monteiro a ver com a publicação do livro em questão.

Informou que a referida publicação teve a aprovação, por unanimidade, da Assembleia de Freguesia de Água de Pau e foi efetuada com verbas próprias e com apoios externos de outras instituições. A Câmara Municipal entendeu não contribuir e respeitou essa decisão.

Mais informou que as Juntas de Freguesia têm o seu próprio órgão deliberativo, que não é, certamente, esta Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro esclareceu que, quando falou na publicação do livro, foi pelo facto de estar em causa o erário público e todos nós, como cidadãos, temos alguma coisa a ver com o assunto.

O Deputado Municipal Roberto Sousa interveio para felicitar o Governo Regional dos Açores, propondo a atribuição de um voto de congratulação pela realização de duas importantes obras em Água de Pau: a construção da nova Escola, que contempla cerca de 600 alunos das freguesias de Água de Pau e Ribeira Chã, e o novo acesso à zona da Caloura que, no seu entender, eram obras extremamente necessárias. Também propôs a aprovação de um voto de congratulação à Câmara Municipal, porque foi a entidade responsável pela aquisição do terreno onde se encontra implantada a escola e também por ter financiado parte do projeto. Para terminar, gostaria de congratular-se com a realização destas duas obras e dar os parabéns ao Governo Regional, à Câmara Municipal e à Escola Básica Integrada de Água de Pau, na pessoa da Presidente do Conselho Executivo, que é também membro desta Assembleia Municipal, e à qual desejou as maiores felicidades.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que, em primeiro lugar, gostaria de associar-se aos Deputados Municipais Roberto Oliveira e Roberto Sousa e congratular-se igualmente pela abertura da nova escola. Tratou-se de um investimento importante, pois investir na educação é investir no futuro e embora tenham decorrido muitos anos, a Escola Básica Integrada de Água de Pau é hoje uma realidade.

Também gostaria de associar-se à construção no novo arruamento de acesso à zona da Caloura, que foi um compromisso da autarquia e que foi financiada pelo Câmara Municipal e pelo Governo Regional dos Açores. Informou que, ao longo destes anos, tudo fez para que aquele arruamento fosse executado, mas só agora foi possível e é uma infraestrutura que está ao serviço da população.

Relativamente ao serviço de bufett que é fornecido no restaurante da Pousada da Juventude, esclareceu que é importante não confundir Pousada da Juventude com o restaurante que lá funciona, pois são setores totalmente diferentes. Informou que teve a oportunidade de esclarecer o assunto com, pelo menos, dois empresários do concelho da área da restauração. Informou que houve a concessão do espaço onde funciona o restaurante e, obviamente, que quem o está a explorar utiliza todos os meios que tem ao alcance para promover a sua

atividade e tentar sobreviver, à semelhança dos outros empresários, pois não é uma época fácil para a restauração.

Quanto à realização das festividades no concelho, subscreve quase tudo o que foi dito pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira. No entanto, gostaria de deixar uma nota de preocupação, nomeadamente se os Ministros Vítor Gaspar e Miguel Relvas tivessem acesso a esta ata, onde o Deputado Municipal Roberto Oliveira defende a realização de mais festas e o aumento de apoios financeiros para esse fim, dado à conjuntura atual do país.

Sobre essa matéria esclareceu que, em parte, a redução das festividades ocorreu devido à pressão do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que nas sessões da Assembleia Municipal criticavam a referência excessiva à realização dessas mesmas festividades. No entanto, a Câmara Municipal nunca deixou de participar, continuando a prestar apoio logístico e financeiro a algumas dessas atividades, sendo que, no seu entender, não está em causa a importância da realização das festas para a afirmação das paróquias e do nosso concelho.

No que se refere à questão sobre a freguesia da Ribeira Chã, esclareceu que a situação daquela freguesia não é diferente da que se vive nas restantes freguesias do concelho. Como é do conhecimento público, de há três anos a esta data, vive-se um período de grandes dificuldades, por isso não lhe espanta que o seu manifesto eleitoral para aquela freguesia, bem como para as restantes, não tenha sido totalmente executado. Há quatro anos atrás, quando foi elaborado o referido manifesto eleitoral, o quadro do poder local era completamente diferente. Em relação às questões colocadas relativamente à freguesia, informou que:

- A construção do loteamento nunca foi resolvida devido ao Plano Diretor Municipal que aumentou a área de construção e o Governo Regional acabou por não emitir parecer positivo, considerando que alguns terrenos estavam localizados em zonas de risco, o que provocou algum desagrado por parte da Presidente da Junta de Freguesia, bem como seu.

- O encerramento da escola da Ribeira Chã era um acontecimento inevitável, face à construção da nova escola em Água de Pau. Na sua opinião, concorda com o seu encerramento, pois é uma forma das crianças conhecerem outra realidade. Daqui a algum tempo ninguém se lembrará do seu encerramento, sendo que o espaço em causa será certamente útil à comunidade. Compreende que para os pais seja difícil, mas há que fazer alguns sacrifícios pelo bem dos filhos.

- O processo da rua de São José não está parado, pois já foi assinado o contrato ARAAL com o Governo Regional. No entanto, ainda não foi transferida para a autarquia qualquer verba, pelo que, logo que ocorra essa transferência, serão celebrados os contratos em já se havia estabelecido acordo.

- O Polidesportivo estava com graves problemas e a solução económica que foi encontrada não surtiu o melhor resultado. A Câmara Municipal está a estudar conjuntamente com a Empresa Municipal de Lagoa a melhor solução que, provavelmente, passará pela colocação de um piso sintético, mas ainda não houve qualquer decisão sobre essa matéria. Informou ainda que também é necessário garantir o financiamento da obra, pois o programa PRORURAL financia os projetos em 60% mas, a partir do próximo ano, passará a financiar 80%, daí que haja interesse em atrasar o processo, pois trará alguma vantagem económica.

Acrescentou que percebe o descontentamento das pessoas, pois estão a viver uma época de grandes dificuldades. Também está descontente com a atuação de alguns políticos e com a atual situação, mas quem não estará. A verdade é que a culpa nunca é dos líderes da oposição mas sempre de quem governa.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Municipal Pedro Monteiro, esclareceu que não tem medo de ouvir os pescadores ou quem quer que seja. Informou que se trata de uma obra do Governo Regional e não da autarquia, sendo inclusive contra aquela obra, tendo já transmitido essa opinião ao actual candidato do Partido Socialista a Presidente do Governo Regional, pois entende tratar-se de um "remendo" que não evitará que, dentro de algum tempo, se execute a obra que é de facto necessária, nomeadamente a proteção mais a sul. Não se deve confundir o Porto dos Carneiros com o Porto de Pescas de Água de Pau, pois o motivo pelo qual os pescadores de Água de Pau foram para o Porto de Pescas de Vila Franca prendeu-se com a aquisição de embarcações maiores.

Relativamente à publicação do livro da Junta de Freguesia de Água de Pau, e não querendo fazer a defesa do Deputado Municipal Roberto Sousa, esclareceu que as Juntas de Freguesia têm a sua autonomia financeira, administrativa e política e têm toda a legitimidade para executar o que entenderem, desde que sejam projetos razoáveis. Julga que a presente publicação teve o apoio do programa PRORURAL, mereceu o acordo da Assembleia de freguesia e a população de Água de Pau está satisfeita a publicação. A Câmara Municipal não apoiou financeiramente o projeto, não por entender que o mesmo não merecia, mas por entender não ser uma prioridade para a autarquia.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira comentou que até aceitava as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à freguesia da Ribeira Chã e que, eventualmente, a ideia da população era que depois lhes transmitisse as explicações do Senhor Presidente.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira propôs, a exemplo do que já ocorreu anteriormente, a realização de uma sessão da Assembleia Municipal ou, até mesmo, uma reunião da Câmara Municipal na freguesia da Ribeira Chã, de modo a que os seus residentes se sintam mais amparados, pois vislumbrou algum desânimo nos mesmos.

Quanto à realização das festas, a exemplo de outras iniciativas culturais que constam do plano de atividades e orçamento, julga que as verbas em causa não são assim tão descabidas e que, aquando da elaboração do orçamento e plano de atividades para o próximo ano, uma das suas contribuições, será a proposta de atribuição de verbas devidamente quantificadas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou, ao abrigo do n.º 3, do artigo 36.º do Regimento desta Assembleia Municipal, a sua defesa de honra relativamente às declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a posição da oposição em relação às festividades. Desta forma, clarificou que uma coisa é o apoio às festividades e outra é a publicidade dessas mesmas festividades nos meios institucionais.

A oposição, no seu caso concreto, levantou essa questão porque muitas vezes o assunto era presente à reunião camarária por duas vezes, nomeadamente porque numa reunião se informava que teria lugar uma determinada festividade e, na reunião seguinte, tornava-se a informar que a festividade tinha sido realizada, o que se tornava repetitivo. A advertência do Partido Social Democrata foi por este motivo e não relacionada pelos valores protocolados. Acrescentou ainda que também existem algumas advertências quanto aos valores que têm vindo a ser reduzidos, pois algumas vezes compreendem e outras não, face às explicações prestadas pelo Senhor Presidente. Por vezes, verifica-se algum desfasamento nos valores protocolados, onde as reduções são diferentes entre as instituições, mas o senhor Presidente da Câmara, em sede própria, já prestou os devidos esclarecimentos.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro referiu que, relativamente à sua abordagem aos pescadores, tem esperança que a partir do próximo mês de outubro as coisas sejam diferentes e que se resolvam. Em sua opinião, haverá que saber criar pressão junto do Governo Regional, o que não tem sucedido.

Quanto à verba de 30.000,00€ que estava publicada na página da Câmara Municipal, informou que na próxima semana fará chegar uma cópia ao senhor Presidente da Câmara e

na próxima sessão da Assembleia Municipal trará o referido documento, de forma a provar que a Câmara Municipal tinha atribuído uma verba de 30.000,00€ à Junta de Freguesia de Água de Pau.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que deve haver algum equívoco, pois a Câmara Municipal não deliberou atribuir qualquer subsídio nesse sentido.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro informou que a notícia estava na página das adjudicações públicas.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as entidades públicas são obrigadas, a partir de determinado valor, a publicar as suas adjudicações num portal, que nada tem a ver com o portal desta autarquia.

O Deputado Municipal Roberto Sousa interveio, afirmando que quando uma adjudicação ultrapassa um determinado valor, é obrigatório proceder à sua publicação na Imprensa Nacional Casa da Moeda e foi esse o procedimento adotado pela Junta de Freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal comentou que a educação e a cultura são o espelho da comunidade. Quanto à educação, gostaria de dar também os parabéns à Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Água de Pau, que também é Deputada Municipal e entende que a mesma tem energia suficiente para levar a bom porto a sua tarefa.

Quanto à publicação de livros é um excelente instrumento de divulgação da cultura junto da comunidade local.

As festas também são típicas e dizem muito à comunidade, portanto entende que a educação e a cultura, mesmo em tempo de crise, devem ter algum investimento.

Gostaria de manifestar o seu agrado pela sugestão apresentada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira em reunir a Assembleia Municipal na freguesia da Ribeira Chã. Deixa o compromisso de que irá pensar no assunto e espera que, em breve, seja concretizada esta proposta.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – PARECER SOBRE SENHAS DE PRESENÇA A REFORMADOS:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do parecer elaborado pela Mesa deste órgão, referente ao pagamento de senhas de presença a reformados, que defende ser da mais elementar justiça continuar a pagar as senhas de presença aos reformados e pensionistas.

O Senhor Vereador Rui Ramos solicitou a palavra para informar que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também tinha emitido um parecer que vai de encontro ao que foi presente a esta Assembleia, salientando que é de toda a justiça continuar a pagar as senhas de presença aos pensionistas e reformados, pelo que o Partido Social Democrata da Lagoa congratula-se com a tomada de posição da Mesa.

PONTO N.º 2 – PARECER SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA MUSAMI DE ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL EM EMPRESA INTERMUNICIPAL:

Pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º1525/2012 P. 649/2012, datado de 30 de maio do corrente ano, cujo teor abaixo se transcreve:

“Na sequência da proposta que foi dirigida à Assembleia Geral da AMISM pelo Conselho Diretivo desta Associação, cuja cópia e respetivos fundamentos seguem em anexo, vimos solicitar a V. Exas., em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 44.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º, ambos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, a emissão do competente parecer por parte dessa Assembleia Municipal relativamente à transformação da MUSAMI de entidade empresarial local em empresa intermunicipal.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a presente transformação tem por objetivo permitir a entrada de capital privado e não público. Está interligado com o projeto que está a ser desenvolvido pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel - VALORISM, que é uma central que vai ser construída para aproveitamento dos resíduos para produção de energia, resolvendo-se, assim, a questão dos resíduos sólidos em São Miguel.

O Deputado Municipal Vasco Garcia questionou se a MUSAMI é considerada ou não uma parceria público-privada.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, no atual quadro das parcerias público-privadas, julga que não poderá ser considerada como tal, mas não sabe responder ao certo.

O Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que é importante perceber se é ou não uma parceria público-privada, pois é uma questão que deveria ficar bem esclarecida.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma parceria entre o Governo Regional, a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e a Empresa de Eletricidade dos Açores, cujo projeto custará cerca de sessenta milhões de euros, estando já garantido através de fundos comunitários sessenta milhões de euros. A EDA entrará com parte do capital, enquanto os municípios da ilha de São Miguel entrarão em espécie. Esclareceu que para os municípios não vai representar qualquer entrada de capital, uma vez que o capital é adquirido com os investimentos que entretanto já foram construídos e com o valor que, entretanto, os municípios foram pagando.

O Deputado Municipal Vasco Garcia comentou que, sendo assim, não se trata de uma parceria público-privada, será mais uma parceria entre entidades de carácter público ou semipúblico.

O Senhor Presidente da Câmara informou que já foi lançado concurso público internacional para a conceção e construção das infraestruturas, as quais já têm o seu financiamento garantido. A exploração será paga pela energia que será vendida à EDA e com o valor que os municípios vão pagar pelo depósito dos resíduos.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro questionou se iria ser criado algum imposto para o nosso concelho e como se processará o seu pagamento.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que será pago como tarifa de resíduos, que entretanto já é paga pelos munícipes, pelo que não será criado qualquer imposto.

A transformação da MUSAMI de entidade empresarial local em empresa intermunicipal foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Pedro Monteiro, Cláudia Galego e Roberto Oliveira.

Sobre o assunto, foi pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira apresentada a seguinte declaração de voto:

“Com o devido respeito e não menosprezando a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, informo que não possuo de elementos suficientes para votar em juízo a favor ou contra essa matéria.”

Foi também decidido aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 3 – ELEIÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA PARA PARTICIPAREM NO XX CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

Pela Associação Nacional de Municípios Portugueses foi presente a circular n.º 86-2012 datada de 13 de junho do corrente ano, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Comissão Organizadora do Congresso, constituída pelos membros efetivos da Mesa do Congresso e do Conselho Diretivo da ANMP, reunida em Coimbra a 12 de junho último, decidiu marcar o XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (extraordinário) para o dia 29 de setembro de 2012, em Santarém.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional, três Delegados de cada Município associado, assim discriminados: o Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto (um vereador); o Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto (também membro da Assembleia Municipal); um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia e ambos eleitos em Assembleia Municipal).

Oportunamente será enviada toda a documentação inerente a este processo, designadamente a convocatória, o programa e o regulamento do Congresso, bem como, informação relativa à inscrição.”

Sobre o assunto, a Presidente da Mesa esclareceu que o presente ofício foi rececionado após a realização da última sessão da Assembleia Municipal e que o Município de Lagoa se faria representar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, por inerência própria, dado que o mesmo pertence ao Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP, o Congresso Nacional é composto ainda pela Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto e por um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto, a eleger por esta Assembleia Municipal.

Pelo Deputado Municipal António Augusto da Ponte Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, foi referido que a data da realização do referido congresso está demasiado próxima, pelo que entende que não faz sentido a presente eleição, para além de que a atual conjuntura financeira do país não é a melhor para fazer face a mais essa despesa. Acrescentou ainda que, da sua parte, não estava disponível para participar no congresso e julga que essa é também a opinião partilhada pelos Presidentes de Juntas de Freguesia presentes nesta sessão.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de membro do Conselho Diretivo, se é relevante a presença dos Presidentes de Juntas de Freguesia no Congresso em causa.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, obviamente, é sempre importante a presença dos referidos autarcas, dado que dá mais força às reivindicações que pretendam realizar, mas concorda que tecnicamente é quase impossível.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e atendendo à proximidade da realização do referido Congresso e à indisponibilidade dos Presidentes de Juntas de Freguesia, deliberou, por unanimidade:

1.º Não eleger nenhum Presidente de Junta de Freguesia para participar no referido Congresso;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 4 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE REAPRECIACÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Pela Presidente da Assembleia Municipal foi presente a proposta de constituição da Comissão de Reapreciação do Regimento da Assembleia Municipal, cujo teor abaixo se transcreve:

“No âmbito do artigo 46.º-A da Lei n.º 5-A/2012, de 11 de janeiro, propomos a constituição de um grupo de trabalho para proceder à reapreciação do Regimento da Assembleia Municipal, o qual será constituído por um elemento representativo de cada uma das forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal.”

A Presidente da Mesa informou que, já há algum tempo, tem sido manifestada a intenção de se proceder à reapreciação do Regimento da Assembleia Municipal, pelo que, propõe os

seguintes elementos para a constituição do referido grupo de trabalho, com o compromisso de, em tempo útil, ser elaborada a nova proposta do Regimento da Assembleia Municipal:

- Susana Goulart Costa, por inerência de cargo de Presidente da Assembleia Municipal;
- Pelo Grupo Parlamentar do PS – Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso;
- Pelo Grupo Parlamentar do PSD – Paulo Jorge Soares de Amaral Borges;
- Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP – Roberto Manuel Sousa Oliveira.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1.º Designar os membros apresentados para constituir a Comissão de Reapreciação do Regimento da Assembleia Municipal:

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 5 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a Atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

PONTO N.º 6 – APROVAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:

Pela Câmara Municipal foi presente a 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

Saldo da gerência anterior

160101 – Na posse do Serviço – 27.495,00 €

150101 – Reposições abatidas nos pagamentos – 5.148,00€

Despesa – Reforços:

0102 - 020121 – Outros Bens – 13.599,00€

0102 – 06020304 – Serviços Bancários – 7,00€

0103 - 03010302 – Empréstimos de médio e longo prazo – 416,00€

0103 – 05010101 – Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais – 13.896,00€

0103 – 100603 – Sociedades Financeiras – Bancos e Outras Instituições Financeiras – 4.725,00€.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, na informação elaborada pela Chefe de Divisão de Administração Geral que acompanhou o presente documento, está devidamente explicado o seu teor.

Foi posta à votação a 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade:

1.º Aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, no montante de € 32.643,00 (trinta e dois mil seiscientos e quarenta e três euros) na receita e despesa total, sendo € 27.918,00 (vinte e sete mil novecentos e dezoito euros) de despesas correntes e € 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco euros) de despesa de capital;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 7 – CONHECIMENTO E APRECIÇÃO DO PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) – Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2012, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por Natureza e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Autarquias Locais.

PONTO N.º 8 – CONHECIMENTO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 1.º TRIMESTRE 2012 DA EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:

Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referentes às demonstrações financeiras do 1.º trimestre do ano de 2012, da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que já foi publicada a nova legislação sobre o Setor Empresarial Local, que define quatro critérios para o encerramento das Empresas Municipais. A Empresa Municipal da Lagoa não cumpre nenhum destes critérios, pelo que, no prazo de seis meses terá que ser deliberada a dissolução da referida empresa. Assim sendo, a Empresa Municipal da Lagoa e cerca de 90% das Empresas Municipais do País serão encerradas.

Em breve irá reunir com o Dr. Martins da Cunha, Revisor Oficial de Contas da Empresa Municipal da Lagoa, que irá dar todo o apoio neste processo. Quando for determinado o encerramento da referida Empresa terão que ser decididos se os serviços que, neste momento, são prestados pela Empresa Municipal serão afetos ao Município ou se serão simplesmente extintos.

Informou ainda que a referida legislação permite que seja aberto concurso para igual número de vagas dos funcionários que prestam atualmente serviço na Empresa Municipal, caso as Câmaras Municipais não tenham pessoal suficiente para assegurar os respetivos serviços. Os contratados a termo indeterminado, para efeitos do referido concurso, são considerados funcionários públicos.

Acrescentou que não sabe se conseguirá agendar o assunto para a próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar em Dezembro mas, na pior das hipóteses, deverá ser presente à sessão a realizar no mês de fevereiro do próximo ano.

O Orçamento e Plano de Atividades para 2014, a elaborar pelo próximo executivo camarário, já será sem a constituição da Empresa Municipal da Lagoa. Lamenta que assim seja, mas nada pode ser feito para ultrapassar a situação. Foi considerada a hipótese de transferir para a Empresa Municipal serviços onde houvesse a arrecadação de receita, mas a legislação publicada tem efeitos retroativos, pelo que, esta solução não resultaria.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 9 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES – ART.º 15.º - ALUGUER DE SALAS / EQUIPAMENTOS EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS:

Foi pela Câmara Municipal presente a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a inclusão do ponto nº 6 e 7 ao artigo 15º que versará sobre o uso do claustro para realização de eventos de natureza lúdico – recreativa, acompanhada das normas de utilização do Claustro do Convento dos Franciscanos e da minuta do contrato de cedência, que abaixo se transcreve:

“Considerando o estatuto nos artigos 1º,4º,6º,7º e 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais, proponho a inclusão do ponto 6 e 7 do artigo 15º no Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa, que versará sobre o uso do claustro para realização de eventos de natureza lúdico – recreativa, e constará a seguinte redação:

Capítulo VIII

Aluguer de Salas/Equipamentos em Edifícios Municipais

Artigo 15º

6. O uso do claustro para eventos de natureza lúdico-recreativa, que sejam concretizados pontualmente e que serão avaliados caso a caso, sendo suscetíveis a autorização da sua realização por parte da autarquia, como sejam concertos musicais diversos, desfiles de moda, e outro tipo de evento que implique a venda de bens e serviços, entradas pagas e serviço de bar, bem como licença especial de ruído, ficará sujeito ao pagamento de uma taxa no valor de 500 €. Para além do pagamento desta taxa, o requerente deverá respeitar impreterivelmente as normas para utilização do claustro do Convento dos Franciscanos mediante a assinatura do contrato de cedência do espaço entre ambas as partes, no qual o não cumprimento das mesmas normas levará à rescisão do mesmo.

7. O convento dos Franciscanos dispõe de mesas, cadeiras e material de decoração, como, seja lanternas e puffs, que servem igualmente para a realização de eventos culturais e sociais diversos. Para uso deste material será cobrado o seguinte valor de aluguer:

7.1. por mesa sem toalhas.....	4,00€
7.2. mesa com toalhas	6,00€
7.3. aluguer de lanternas	3,00€
7.4. por cadeira	2,00€
7.5. por puffs.....	5,00€

Normas de utilização do Claustro do Convento dos Franciscanos

O Convento dos Franciscanos sito à Rua de Santo António, na Freguesia de Santa Cruz, Cidade de Lagoa, é datado do século XVII, sendo considerado um dos mais importantes

monumentos arquitetónicos do concelho lagoense e classificado como imóvel de interesse público, pela resolução nº 55/2001, de 17 de maio, publicado no Jornal Oficial, I Série, nº 20.

Neste contexto, e considerando as diversas solicitações para o uso do claustro do Convento dos Franciscanos para a realização de eventos de índole cultural, recreativa e social, a Câmara Municipal de Lagoa propõe a regulamentação da sua utilização, através de um conjunto de normas e procedimentos que deverão ser cumpridas com rigor, tendo em consideração o respeito, a preservação e valorização de um espaço público de grande valor patrimonial, principalmente no que diz respeito à realização de eventos de natureza social e recreativa, como seja desfiles de moda, eventos com serviço de bar, principalmente, aqueles que se prolonguem pela madrugada.

Assim sendo, e para o uso do Claustro do Convento, são exigidas ao requerente as seguintes condições que deverão ser cumpridas com rigor, sendo certo que a não verificação das mesmas impossibilitará a realização do respetivo evento, bem como a concretização de eventos futuros neste espaço.

Assim sendo, deverá ser estabelecido o seguinte Contrato de Cedência sempre que o claustro do convento e respetivos espaços de apoio ao mesmo for utilizado para a realização de eventos desta natureza:

CONTRATO DE CEDÊNCIA

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: João António Ferreira Ponte, natural da freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, Largo D. João III, Santa Cruz, pessoa coletiva de direito público nº 512 074410, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara e em representação do respetivo Município, com poderes para o ato.

e

SEGUNDO OUTORGANTE:....., natural da freguesia de,
Concelho de....., com domicílio, contribuinte nº
.....

CLÁUSULA 1ª

1- O Município de Lagoa (Açores), representado do primeiro outorgante, é o legítimo proprietário e possuidor do Convento dos Franciscanos, sito na Rua de Santo António, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2245da freguesia de Santa Cruz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa - Açores sob o nº 834/Santa Cruz.

CLÁUSULA 2ª

1- Pelo presente Contrato de Cedência, o Município de Lagoa (Açores) concede a autorização para a utilização do claustro do Convento dos Franciscanos para a realização do evento ao..... (nome do requerente), pelo pagamento de uma taxa no valor de 500,00€ (Quinhentos Euros) e pelo prazo de Dias, com início a __/__/____ e termino a __/__/____.

CLÁUSULA 3ª

1- São obrigações gerais do requerente:

- a) Guardar e conservar o claustro cuja utilização se cede e devolver o edifício nas condições de conservação, higiene e salubridade aquando da sua receção;
- b) Facultar à Câmara Municipal, em qualquer altura, o acesso e a vistoria ao claustro durante a realização do evento;
- c) Não o utilizar a fim diverso daquele a que se destina e não fazer dele uma utilização imprudente;
- d) Os espaços de apoio ao evento realizado são unicamente as duas casas de banho disponíveis e a sala de apoio ao claustro do convento, situada no rés do chão;
- e) Para a realização de qualquer evento de natureza social e recreativa, o requerente deverá ter em sua posse o comprovativo, caso seja necessário, da Licença Especial de Ruído, Seguro de Responsabilidade Civil e de Danos em Património a definir pela Câmara Municipal de Lagoa, Licença emitida pela Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), bem como documento comprovativo emitido pela PSP, onde conste a autorização e requisição do serviço policial necessário para a cobertura do evento;
- f) Todo o transporte de material logístico e de apoio deverá ser realizado pela porta de serviço do convento, não estando autorizado o uso da igreja, sacristia ou qualquer outro espaço sem a devida autorização da Câmara Municipal de Lagoa, quer seja para armazenamento de material ou seu uso para transporte de materiais;
- g) A entrega do espaço deverá ser feita nas mesmas condições entregues: manter tanto a nível construtivo, assumindo a responsabilidade de qualquer estrago que possa suceder, bem como de higiene, salubridade e limpeza.
- h) Não ceder a terceiros, seja a que título for, total ou parcialmente, onerosa ou gratuitamente, a sua utilização;
- i) Notificar ou dar conhecimento à Câmara Municipal sempre que tenha conhecimento de vícios no edifício, ou saiba que algum perigo o ameaça;
- j) Restituir o prédio livre e desocupado dois dias após a realização do evento."

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos membros Pedro Monteiro e Cláudia Galego:

1.º Aprovar a alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores – art.º15.º - Aluguer de Salas/Equipamentos em Edifícios Municipais;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 10 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES – ART.º 27.º - DISPONIBILIZAÇÃO E MONTAGEM DE BARRACAS, TOLDOS, PALCOS E MESAS:

Foi pela Câmara Municipal presente a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a inclusão de um novo ponto, número 6º. ao artigo 27.º, que versará sobre o prazo da Disponibilização de Barracas, Toldos, Palcos e Mesas, no qual passará a prever uma taxa para o efeito, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o estatuto nos artigos 1º,4º,6º,7º e 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais, proponho a alteração do artigo 27.º no respetivo regulamento, acrescentando um ponto 6 que versará sobre o prazo da disponibilização de barracas, toldos palcos e mesas. Os artigos constarão as seguintes redações:

Disponibilização e Montagem de Barracas, Toldos, Palcos e Mesas

A cedência, para exploração ou mera utilização, por entidades públicas e privadas de barracas, toldos, palcos e mesas, estará sujeita ao prévio pagamento das seguintes taxas, quando instalados pela Câmara Municipal:

a) 1 Barraca de 9 m2 - 150,00 €;

b) 1 Barraca de 16 m2 - 200,00 €;

c) 1 toldo - 100,00 €;

d) 2 toldos - 150,00 €;

e) 3 toldos - 200,00 €;

f) Palco - 100,00 €;

g) 1 Mesa acompanhada por 2 bancos - 2,00 €/dia por cada uma.

2. Se o transporte, montagem e desmontagem for da responsabilidade dos requerentes, a respetiva cedência está sujeita ao pagamento de uma taxa de 20% dos valores fixados nas alíneas a), b), c), d) e), f) e g) do ponto 1.

3. A cedência de barracas, toldos, palcos e mesas é gratuita quando for requerida por Instituições Sem Fins Lucrativos, com sede no concelho de Lagoa e apenas, nos casos em que se destinam a ser utilizadas ou exploradas pelas mesmas ou por outras entidades com os mesmos fins.

4. No caso de urgência na montagem ou desmontagem destes equipamentos, em que possa ter de ocorrer nos fins de semana e feriados, haverá um agravamento das taxas, previstas no n.º1, em 50%.

5. Não é admissível o pagamento das mencionadas taxas em prestações.

6. O prazo da cedência de barracas, toldos e palcos é acrescido de uma taxa sempre que se verificar as seguintes situações:

6.1. No que se relaciona com a cedência das barracas se o prazo de utilização ultrapassar cinco dias, é acrescida o pagamento de uma taxa de 20 € sobre os valores fixados na alínea a) b) a ser cobrada por dia;

6.2. A cedência do toldo e palco, sempre que ultrapassar o prazo de utilização de 3 dias, é cobrada uma taxa de 20 € sobre os valores fixados na c) e f) e 30 € sobre os valores fixados na d) e e) a ser cobrada por dia.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores – art.º 27.º - Disponibilização e Montagem de Barracas, Toldos, Palcos e Mesas;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 11 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA RECEITA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:

Foi pela Câmara Municipal presente a informação que abaixo se transcreve, relativa ao Regulamento do Pagamento em Prestações da Receita do Fornecimento de Água:

“Cumpre-me informar V. Ex^a. que terminou, o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a Proposta de Regulamento do Pagamento em Prestações da Receita do Fornecimento de Água, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

Deverá o mesmo ser presente à reunião para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que o pagamento em prestações já é uma prática desta autarquia e que o presente regulamento visa regulamentar essa prática. Trata-se de um processo perfeitamente transparente e está elaborado de acordo com as regras do POCAL.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1.º** Aprovar o Regulamento do Pagamento em Prestações da Receita do Fornecimento de Água;
- 2.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 12 – VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO NO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA – PAUL – ÁGUA DE PAU:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafetação de uma parcela de terreno, do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa, sita à rua Manuel Egídio de Medeiros, anteriormente denominada por Paúl, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, que abaixo se transcreve:

“- Considerando que na zona do Paul, mais concretamente na Rua Manuel Egídio de Medeiros, freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa, existe uma área a qual se encontra afeta ao domínio público municipal;

- Considerando que esta área está sem utilização, e que a sua ocupação como zona verde e espaço de lazer não é a mais adequada, por via da sua localização;

Assim sendo, e com o objetivo de aumentar a oferta de lotes para auto construção, propõe-se:

- Que, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, e alínea a) do n.º6, ambos do artigo 64.º e alínea b) do n.º4 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, se delibere:

1) Submeter a aprovação da Assembleia Municipal autorização de desafetação, do domínio público para o privado, da parcela de terreno com a área de 1.115,25 m², sita ao Paúl, freguesia de Água de Pau, que confronta a Norte – Arruamento B; Sul – Zonas Verdes e outros; Nascente – Zona Urbanizada e a Poente – Arruamento A, com o valor registral de 39.033,75 euros.

2) Proceder à afixação de Edital nos locais do costume.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que o presente assunto vem pela segunda vez à sessão da Assembleia Municipal, estando o motivo devidamente esclarecido e justificado na nota explicativa constante do processo.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa, com a área de 1.115,25m², sita ao Paúl, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, com as seguintes confrontações: Norte – Arruamento B; Sul – Zonas Verdes e outros; Nascente – Zona Urbanizada e a Poente – Arruamento A, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

PONTO N.º 13 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, em 2010 foi arrecadado 718.195,97€ e em 2011, o valor de 715.573,75€ com esta receita;

Considerando que a 12 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei n.º 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o n.º 5 do artigo 112.º do referido Decreto - Lei os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º1 do citado artigo, nomeadamente:

b) Prédios urbanos: 0,5 % a 0,8 %;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3 % a 0,5 %.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%.”

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o valor das taxas propostas foi mantido. Referiu que, durante o último ano, o Estado Português alterou os limites, mas entendeu que neste momento não existem condições para aumentar os impostos.

Relativamente ao processo de avaliação do património no concelho, o mesmo encontra-se numa fase bastante adiantada. Desconhece qual o impacto que terá a nível de receita. Acrescentou que existe um acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o

Governo da República para que, no ano de 2013 esse aumento seja revertido na íntegra para os municípios. O mesmo não acontecerá nos anos de 2014 e 2015, onde o Estado vai transferir para os municípios, retirando uma percentagem.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que fez uma comparação da receita do IMI da Lagoa em relação aos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, atendendo que todos estes municípios têm sensivelmente o mesmo desenvolvimento sócio-económico. Entende que deve recomendar à Câmara Municipal algum esforço na fiscalização desse mesmo imposto pois, em sua opinião, deve estar a falhar alguma situação. Referiu, a título de exemplo, que Câmara Municipal da Ribeira Grande entre 2010 e 2011 teve um acréscimo de 25%, a Câmara Municipal de Vila Franca teve um acréscimo na receita de 70%, que deveu-se ao aumento das taxas, a Câmara Municipal de Ponta Delgada também tem registado aumento na receita, nomeadamente em 2010 teve um aumento de 13% e em 2011 de 11%, no entanto essas percentagens não se verificam no nosso concelho, o que lhe tem causado alguma estranheza. Já sugeriu em anos anteriores, que a Câmara Municipal deveria implementar uma fiscalização nessa matéria.

Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma interpretação legítima, mas que não é correta. A Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, como fez um reequilíbrio financeiro, foi obrigada a aumentar a referida taxa para o máximo, de 0,2% para 0,4%, duplicando assim o valor, além de que o IMI se reflete passado determinado número de anos.

Esclareceu ainda que o facto da receita crescer mais num concelho do que noutro deve-se essencialmente ao número de anos de isenção dos respetivos munícipes. Não existe nenhuma ação de fiscalização que tenha impacto direto nessa matéria.

Referiu ainda que o nosso concelho está a concluir o processo de avaliação dos imóveis, com 80% do património já avaliado, enquanto que a média nos outros concelhos de São Miguel é de 30%. Assim, gostaria de deixar registada uma nota positiva à equipa que coordena todo o trabalho, bem como à que faz o trabalho de campo.

Em sua opinião, existem concelhos que não vão conseguir concluir a avaliação até ao final do corrente ano, pois em alguns a percentagem é de apenas 15%. Caso essa situação se venha a verificar, será um pouco injusto para a população, uma vez que em 2013 uns vão pagar o IMI de acordo com a nova avaliação e outros não.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2013, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 14 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, os municípios deliberam anualmente a taxa de derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, em 2010 foi arrecadado 58.923,17€ e em 2011, o valor de 94.893,98€ com esta receita;

Considerando que, é o objetivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a atividade comercial, turística e industrial da grande maioria das empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

a) De acordo com o preconizado no n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, delibere a manutenção do valor de derrama em 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;

b) Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, face à atual conjuntura económica do país, o valor das taxas propostas foi mantido, pois não existem condições para aumentar os impostos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º** Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- 2.º** Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- 3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 15 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2013, em 0,25%.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º** A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2013, em 0,25%;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 16 – OUTROS:

O Deputado Municipal Pedro Monteiro referiu que, há alguns dias atrás, atravessou a Região Autónoma dos Açores a tempestade “Nadine”, que deixou para trás muito lixo. Esteve de férias no concelho de Nordeste e regressando hoje ao concelho da Lagoa, deparou-se com a rua onde mora cheia de lixo, o que dá uma imagem desagradável a quem vive e visita o concelho.

Outra situação que tem reparado é a falta de civismo na colocação do lixo dentro dos contentores. Existem pessoas que estão devidamente identificadas e que, na sua opinião, deveriam ser alertadas para a devida colocação do lixo dentro dos contentores.

Por último, gostaria de referir que no concelho da Lagoa não existem oleões e sempre que tem óleos usados tem que se dirigir ao concelho de Ponta Delgada.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Roberto Oliveira, que na sua intervenção sobre a realização das festas do concelho, por lapso não referiu as tradicionais Festas de Santo António, pelo que apresentou as suas desculpas pelo facto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, aquando da passagem da tempestade “Nadine” e à semelhança de outras tempestades, no dia seguinte é sempre efetuada a limpeza geral do concelho. Dada à época do ano, existe grande queda de folhas, razão pela qual os serviços procedem à limpeza num dia e no dia seguinte a via pública está novamente suja.

Relativamente à recolha do lixo informou que a empresa que tem a seu cargo essa tarefa procede à limpeza do lixo que se encontra fora dos contentores, mas atendendo que à quinta-feira é o dia destinado à recolha de papel e embalagens é normal que se acumule outro lixo junto aos contentores.

Acrescentou que também lhe causa revolta quando se depara com essa situação e inclusive já lhe ocorreu falar com o Jurista da Câmara Municipal sobre a possibilidade legal de instituir um prémio a quem identificar o infrator, pois seria uma forma da população se fiscalizar. Em sua opinião, não há razões que justifiquem a acumulação de lixo, pois existe recolha diária, à exceção do sábado, no entanto continua-se a verificar falta de civismo.

Informou ainda que irá decorrer uma ação de sensibilização em parceria com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, para incentivar os munícipes a fazer a seleção do lixo, alertando dos horários para esse efeito e os cuidados a ter.

Em relação aos oleões, esclareceu que neste momento existe um protocolo celebrado com a Equiambi para fazer a recolha junto aos grandes produtores. Julga que, dentro de um ou dois meses, vão ser instalados oleões para óleos domésticos. De qualquer forma, e até à sua instalação, os munícipes poderão deixar os óleos usados no Parque Municipal de Máquinas desta Câmara Municipal, onde os serviços posteriormente fazem chegar aos grandes produtores.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e duas horas e dez minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
